

Isenções de Trump favorecem região Sudeste e penalizam Sul

Quase metade das exportações somadas de SP, RJ, ES e MG não terá tarifa adicional de 40% pelos Estados Unidos

Por **Anais Fernandes e Álvaro Fagundes** — De São Paulo

06/08/2025 05h00 · Atualizado agora

Se a economia do Sudeste seria a mais afetada pelo tarifaço dos Estados Unidos aos produtos brasileiros, previsto para entrar em vigor hoje, a região também deve ser a mais beneficiada pela ampla lista de isenções publicada na semana passada pelo presidente americano Donald Trump. Na contramão, o Sul, que também estava entre as regiões mais afetadas, foi a menos contemplada pelas exceções.

Praticamente metade (49%) das exportações do Sudeste aos EUA deve ficar isenta da tarifa adicional de 40% - que elevaria a alíquota total para 50%-, de acordo com dados de 2024 colhidos pelo **Valor** junto ao Departamento de Comércio americano e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) do Brasil. É mais do que os cerca de 45% em isenções estimados pelo governo para as exportações agregadas do Brasil aos EUA.

O Sudeste é a região que mais vende para os EUA. No ano passado, foram US\$ 28,7 bilhões, ou 73% do que o Brasil enviou para a maior economia global. Das exportações do Sudeste, 17% foram para os americanos, ante 24% para os chineses - o maior destino.

Na sequência, está o Norte, com 45% do total exportado aos americanos isento, seguido pelo Centro-Oeste, com 39%. Em ambas as regiões, no entanto, o peso das vendas aos EUA sobre o total das exportações é bem menor, de 3,9% no Norte e 3% no Centro-Oeste. Já o Nordeste, que destina 11,1% das suas exportações aos americanos, viu 38% delas ficarem isentas.

Na lanterna, aparece o Sul, com apenas 12% da exportações aos EUA isentas, ainda que a participação do país nas vendas internacionais da região também seja relativamente relevante, representando 9,1% do total exportado.

“

Nordeste ainda tem outros impulsionadores para atividade”

— Alessandra Ribeiro

“Isso reflete o peso do agro que foi isento no Sudeste, bem como petróleo e derivados, este último uma maior preocupação de Trump. O Sul tem uma base industrial forte e justamente do que não foi isento, então, é natural que sofra mais impactos”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. “A indústria vai ser a mais impactada porque é a menos relevante para Trump, e a tendência é o Sul ser o mais afetado no longo prazo, o que não é positivo em uma região, especialmente em um Estado como o Rio Grande do Sul, que tem sofrido com a questão climática.”

A indústria até pesa mais no PIB do Sudeste do que no do Sul (29,5%, contra 27,9%), mas os destaques no Sudeste são as indústrias extrativas, de coque e derivados de petróleo e de produtos alimentícios. “Quando observamos que houve exceções para minérios, petróleo e suco de laranja, que entra como produto alimentício, é bastante relevante a isenção na indústria do Sudeste”, comenta Alessandra Ribeiro, diretora da Tendências Consultoria.

Na produção da indústria no Sul, por outro lado, a maior participação é de produtos alimentícios, mas não suco de laranja, e dos derivados de petróleo, porém, em magnitude menor do que no Sudeste. Além disso, pesam mais as indústrias de veículos e de máquinas e equipamentos, que não foram alvos de isenções expressivas.

A indústria da transformação representou 98,5% das vendas da região Sul para os EUA no ano passado, ante 74,4% do Sudeste.

“Pouca coisa foi isenta tirando equipamentos para aeronaves, cuja produção é mais em São Paulo. A região Sul vai sentir mais os efeitos das tarifas mesmo”, diz Ribeiro.

Os óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos representam quase 17% da pauta exportadora do Sudeste para os EUA e são o principal item da região isento do imposto adicional. Em seguida estão aviões de grande porte. A Embraer concentra suas fábricas no interior de São Paulo.

No Sudeste, o Rio de Janeiro deve ter 68% do total exportado aos EUA isento, seguido por Espírito Santo (47%), São Paulo (44%) e Minas (37%). Nesses locais, as vendas aos americanos têm peso relevante, de 11% a quase 30% do total, dependendo do Estado.

Já no Sul, ficaram isentas 17% das vendas de Santa Catarina aos americanos, que representam 15% das exportações totais do Estado. Para Rio Grande do Sul e Paraná, seriam isentas 15% e 4% das vendas ao EUA, respectivamente, mas o peso do país sobre as exportações totais desses Estados é menor, de 8,4% e 6,8%, pela ordem.

O Paraná tem perfil exportador mais diversificado, com parte expressiva das vendas direcionada a outros mercados, como China e União Europeia, aponta estudo dos economistas Flávio Ataliba Barreto e Thiago Freitas, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Regiões cuja pauta exportadora está fortemente baseada em commodities, como o Centro-Oeste, dizem, conseguiram amortecer de forma significativa os efeitos do tarifaço após as isenções. O produto mais expressivo na pauta exportadora do Centro-Oeste aos EUA que está isento é a celulose (pasta química de madeira), representando 14,2% do total vendido pela região aos americanos em 2024. Outro item isento com peso relevante, de 9,7% nas exportações do Centro-Oeste para os EUA, é o ouro.

A celulose também foi o principal item isento na pauta exportadora da região Sul aos EUA, mas representa menos de 3% do total vendido ao país. Já no Nordeste, a celulose representa quase 18% das exportações da região aos americanos e é o item isento de maior peso, seguido por óxidos de alumínio, com 6% de participação sobre o total das vendas aos EUA. Esses óxidos, por sua vez, representam 20% da pauta exportadora do Norte aos americanos e são o principal item isento da região.

Embora as isenções tenham atenuado parcialmente os efeitos do tarifaço, Barreto e Freitas dizem que as desigualdades estruturais permanecem, e regiões como Nordeste e Norte, cuja exportação é concentrada em bens de valor agregado mais baixo e de alta intensidade de trabalho, “continuam altamente vulneráveis”.

Michael Burt, economista da 4intelligence, calcula que a tarifa efetiva dos EUA ao Nordeste, apesar das isenções, continua elevada, em cerca de 39%, atrás apenas do próprio Sul, com 45%. O Centro-Oeste teria uma tarifa efetiva estimada perto de 36%, seguido por Sudeste, com 32%, e Norte, com 30%. Para ter uma ideia, a tarifa efetiva média aplicada pelos EUA está em 18,3%, o que já é a maior desde 1934, segundo o Budget Lab, centro de pesquisa de políticas da Universidade Yale.

Mesmo no Rio de Janeiro, diz Burt, onde boa parte da exportação para os EUA é de óleos brutos de petróleo, que estão isentos, dois itens de produtos semifaturados de ferro e aço que representam 27% das vendas do Estado aos americanos seguem taxados. “A tarifa efetiva agregada para o Rio é de 23%, mais baixa do que a média, mas alguns setores com alta participação nas exportações do Estado vão sofrer bastante”, afirma Burt.

No Nordeste, ele chama a atenção para o Ceará, que tem 45% das exportações voltadas aos EUA e apenas 1% foi isenta. As vendas do Estado para os americanos são lideradas pelos mesmo dois produtos semifaturados de ferro e aço que têm peso relevante na pauta do Rio e que, no Ceará, somam 65% do total vendido aos EUA.

Assim, a tarifa efetiva do Ceará, estimada em 49%, está entre as mais altas dos Estados brasileiros, junto com Rondônia - que, no entanto, tem apenas 5% das suas exportações direcionadas aos EUA - e Paraíba, onde as vendas aos americanos representam 22% do total. À frente deles estão Tocantins, Alagoas, Acre e Amapá, com 50% de tarifa efetiva cada, mas todos exportando menos para os EUA, entre 3% e 10% do seu total, dependendo do Estado.

“Pescados ficaram de fora das isenções e isso também impacta o Nordeste”, acrescenta Ribeiro, da Tendências. No Ceará, peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos representam 8% das exportações aos EUA. “O ponto é que o Nordeste ainda tem outros impulsionadores que devem fazer a atividade crescer mais do que o PIB nacional”, afirma.

A Tendências projeta um crescimento de 2,2% para a atividade agregada do Brasil em 2025. A princípio, o tarifaço poderia tirar de 0,2 a 0,4 ponto percentual do PIB, mas, após a ampla lista de isenções, a expectativa é que esse efeito possa ser reduzido para o redor da metade, segundo Ribeiro.

A projeção da Tendências, por ora, é que o PIB do Norte cresça 3,5% em 2025, puxado pela indústria extrativa, seguido do Centro-Oeste, com 3,3%, pela força do agro. A agropecuária também deve ajudar o Nordeste a crescer 2,3% este ano. “E tem ainda um rescaldo bom do mercado de trabalho resiliente dando sustentação ao consumo das famílias”, diz Ribeiro.

O Sul crescerá na média nacional de 2,2%, com um bom comportamento do agro, exceto no Rio Grande do Sul, ainda castigado pela estiagem, segundo Ribeiro. Por outro lado, diz, a reconstrução do Estado após as enchentes de 2024 segue impulsionando a construção civil.

Por fim, o Sudeste crescerá 1,8%, abaixo da média nacional, porque a região tem um comportamento cíclico, observa Ribeiro. “A parte da indústria em desaceleração, um movimento mais amplo da economia, fica muito claro no Sudeste. O contraponto positivo que evita desaceleração maior é a indústria extrativa, com petróleo e minério de ferro”, afirma.